

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 299, DE 2013

“Autoriza a dedução dos valores aplicados em ações de erradicação do trabalho infantil pelos Estados dos compromissos mensais com as respectivas dívidas com a União.”

Autora: Deputada SANDRA ROSADO

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O projeto de autoria da nobre Deputada Sandra Rosado acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal.

O escopo do novo dispositivo é permitir que os valores efetivamente aplicados pelos Estados na erradicação do trabalho infantil sejam deduzidos dos valores das parcelas mensais das dívidas contratadas com a União.

É estabelecido limite, não podendo a dedução ultrapassar três por cento dos valores das parcelas mensais.

O Estado, para se habilitar ao benefício, deve utilizar, no mínimo, o dobro do valor a ser deduzido da dívida em ações de erradicação do trabalho infantil.

Além disso, os programas de erradicação do trabalho infantil devem ser submetidos à aprovação dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente. Tais órgãos também devem fiscalizar a aplicação dos recursos públicos nos referidos programas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

As iniciativas que estimulam programas de erradicação do trabalho infantil merecem nosso apoio.

Em um país democrático, deve ser prioridade que o trabalho infantil seja banido, em especial, as suas práticas mais perversas, como o trabalho infantil doméstico.

Somente é possível afastar essa forma perniciosa de trabalho mediante campanhas de conscientização, investimentos em educação e efetiva fiscalização.

A Constituição Federal proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. No entanto, ainda se verifica a existência de trabalho infantil em nosso país.

A proposição submetida à nossa análise permite que Estados deduzam de suas dívidas com a União até 3%, desde que aplicado o dobro do valor em programas de erradicação do trabalho infantil.

Tais programas devem ser aprovados pelos Conselhos Tutelares, que têm, também, a atribuição de fiscalizá-los.

Consideramos que tal estímulo a ações estatais de combate ao trabalho infantil é importante e enfrenta um problema que há muito tempo a sociedade brasileira tenta resolver.

Não é admissível que, ainda hoje, exista o trabalho infantil. Toda ação contra essa prática nefasta deve ser apoiada.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLP nº 299, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relator